

# Greenpeace propõe formas para o manejo sustentável do mogno

*Carta de Belém traz sugestões para acabar com a exploração predatória da madeira*

**R**ealizar um inventário dos estoques de mogno remanescentes na Amazônia e criar um fundo para o manejo ecologicamente sustentável da espécie estão entre as propostas encaminhadas pelo Greenpeace ao governo federal e à indústria madeireira, como sugestões para acabar com a exploração ilegal e predatória da madeira. O documento é resultado do seminário Mogno Ilegal

Nunca Mais, que reuniu, em Belém, pesquisadores brasileiros e estrangeiros, organizações não-governamentais, empresários e governo para discutir a situação da exploração madeireira na Amazônia.

Batizado de Carta de Belém, o texto propõe normas específicas para o manejo do mogno e de espécies raras, com especificações para o período de transição e condicionantes para a retomada da exploração, comércio e regularização dos projetos existentes. "Para os especialistas, a transição do modelo atual de manejo, baseado no desrespeito à lei e na exploração predatória, para um

sistema regulado pelo governo, transparente e auto-sustentável, vai exigir mudanças de caráter permanente e a cooperação de todos os setores envolvidos", disse Paulo Adário, coordenador da campanha da Amazônia, do Greenpeace.

O mercado de mogno está paralisado desde outubro do ano passado, quando o Ibama proibiu a exploração, transporte e comércio da espécie, após a constatação de exploração ilegal em terras indígenas e áreas públicas. Na semana passada, uma nova denúncia do Greenpeace mostrou que o mogno ainda está sendo contrabandeado, como uma

outra espécie, de menor valor e não controlada pelo governo.

**Cities** – O documento defende ainda o apoio do governo brasileiro à inclusão do mogno no Anexo II da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas da Fauna e Flora Silvestres (Cities), o que significaria maior rigor no controle da exploração da espécie.

A presença do mogno no Anexo II foi formalmente proposta pela Nicarágua, na semana passada, e será votada na próxima reunião da Cities, em novembro, em Santiago do Chile. (Maura Campanili/AE)

**MERCADO ESTÁ PARADO DESDE OUTUBRO**

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Documentação

Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO

Data: 22/06/2004 Pg. A 15

Class.: 42.1.1